

Parque Yanomamy: Relatório da Reunião realizada em 26.02.81, em Itaiti

Preliminar: Na noite de 24 de fevereiro D. Aldo telefonou a Abel para comunicar recebimento de mensagem do Ministro Golbery a propósito do Parque Yanomami. Afora a notícia de que o Governo pretendia suprimir a área do Estado do Amazonas contida na proposta da CCPY, o Bispo preferiu adiantar maiores detalhes em reunião marcada para o dia 26, data em que se encerrava o Congresso da CNBB.

Participantes: D. Aldo Mogiano, C.A. Ricardo e Abel de Barros Lima; D. Pedro e D. Luciano não chegaram propriamente a participar da reunião, mas estiveram na mesa durante alguns minutos, quando convocados para elucidar algum ponto mais obscuro.

A Reunião: Curiosamente, a reunião foi realizada em uma mesa do grande refeitório, durante e após o almoço que marcava o encerramento do Congresso, quando a maioria dos bispos já se retirava, de volta às prelações, aos seus misteres cristãos. Obviamente, as condições que cercaram o encontro, interrompido diversas vezes para as despedidas, não eram as melhores. D. Aldo e D. Luciano mais de uma vez enfatizaram o caráter sigiloso e confidencial das conversações e a saudável disposição e boa fé do Governo ao reabrir a questão do Parque através da CNBB. Perguntado se a mensagem recebida pela CNBB partira do Ministro Golbery, D. Aldo respondeu evasivamente, adiantando contudo que o emissário do Governo tinha sido o Presidente do Mobral, cujo nome não sabia declarar. Indagados das razões do Dirigente do Mobral ser o interlocutor para um assunto que em nada lhe dizia respeito. D. Aldo relutou mas finalmente disse que ele vinha tratar igualmente de assunto que envolvia a questão do Planejamento Familiar, de grande interesse das partes. O problema do Parque tinha sido apresentado, mas não discutido, através de documento confidencial, acompanhado de mapa onde estavam demarcadas as áreas do Parque de acordo com a sugestão governamental. Formulamos o desejo de examinar os documentos. D. Aldo aciesceu e foi busca-los com D. Luciano. O documento, de 4 laudas datilografadas em espaço 2, sem destinatário, sem timbre, datado de 19.01.81, apresentava apenas o logotipo azul onde estava inscrita a palavra CONFIDENCIAL, e não fazia qualquer referência à origem. A assinatura era ilegível. Na cabeça, a palavra NOTA, em caixa alta. À guisa de título, vinha a frase: " Versão preliminar tentativa para eventual constituição de reserva para proteção aos índios Yanomamy." O documento estava sub-dividido em 9 pontos. Os dois primeiros descreviam ligeiramente as propostas oferecidas para a formação do Parque e estranha que a proposta Funai III, "sem razão aparente", ampliasse as dimensões do Parque. Menciona brevemente a CCPY, dirigida provavelmente por Carlos Zaquini e Claudia Andujar, pessoas que, "parecem de boa formação católica." O ponto 3 é para sugerir a eventual criação de um Parque mas sem caracterizá-lo como território da "nação Yanomami", isto para evitar problemas com a Venezuela, onde habitam grupos do mesmo povo. Também vagamente, o ponto 5 sugere a formação de um "grupo informal" constituído pela Funai, Sema, IBDF, que possivelmente consideraria a constituição de um Parque Federal e não Parque Nacional. As missões religiosas e o CSN participariam eventualmente das decisões do grupo, sendo ouvidas quando necessário. No ponto 6 se manifesta a necessidade de controle sobre a "incidência" e interesses de mineração e o controle do trânsito em direção a Venezuela. Não se faz menção ao Ministério de Minas e Energia. O ponto 7 cuida rapidamente das instituições estrangeiras que se manifestaram pela criação do Parque, omitindo-se dezenas de entidades. Este ponto está subdividido em 4 itens: a) Italia (grupos religiosos que coletaram 700.000 assinaturas dirigidas a órgão governamental não especificado; b) Admite que não há registro de entidades protestantes interessadas na questão; c) Da Inglaterra é citada a Anti-Slavery (?); d) Nos Estados Unidos apenas a AAA é lembrada. O ponto 8 é para sugerir que a CNBB (D. Luciano) seja ouvida e coopere nas discussões. Finalmente, no Ponto 9, o documento diz que, por se tratar de zona fronteiriça, convém pensar no Parque como "ilhas, guarnecendo-se os corredores com tropas federais para evitar depredações, colonização indiscriminada e garantir a integridade nacional.", podendo neles serem instalados Postos da Funai, da Previdência Social, da Sema, do Ministério da Saúde.

[Handwritten signature]

2.

O documento termina com a frase: "É uma primeira tomada de posição, dirigida às autoridades superiores como sugestão preliminar para estudo ~~mais~~ mais detalhado do problema."

O Mapa: A carta apresentada é extremamente simplificada e mostra apenas os limites do Parque como foi proposto pela CCPY, cortado por linha seca que retira parte da área situada no Estado do Amazonas (ver ~~por~~menor no mapa que elaboramos, em apenso), área que inclui as duas missões salesianas e uma das missões New Tribes. D. Aldo assegurou que o Govern~~o~~ vai pugnar por esta fórmula, citando o presidente do Mobral.

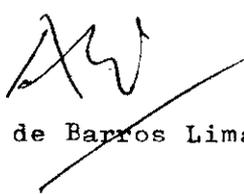
A posição da CNBB: A NOTA não chegou a ser examinada detidamente na CNBB; foi-nos assegurado que a Conferência não deliberaria sem antes ouvir a CCPY. No entanto, a Comissão encarregada de apreciar a NOTA (D. Aldo, D. Pedro e o Padre Paulo Suess, do CIMI) rapidamente lemb~~ra~~ alguns pontos a serem apresentados: 1. Que o Parque seja um Parque Indígena e não Federal; 2. Que os órgãos do Governo não se posicionem nos "corredores", mas na periferia, evitando-se assim a construção de estradas nas áreas indígenas ou próximas a elas; 3. Que se garantisse a permanência das missões; 4. Que concordariam com a amputação da área do Amazonas, mas que se incluisse ampla área a leste e sul da BR 210 onde existem algumas malocas Yanomami (Ajuricaba, Ajanari, etc.) como, a proximativamente, mostramos no mapa anexo. 5. D. Aldo, D. Pedro e, portanto, por delegação, também D. Luciano, concordaram com nossa proposta de que a CCPY estude o assunto e ofereça elementos e sua opinião diretamente a D. Luciano. Não há prazos para essa providência. O governo igualmente não ofereceu prazos a CNBB.

Minhas impressões: É claro o tom evasivo, as omissões deliberadas, o caráter dilatório, as incorreções propositais contidos na NOTA, que indicam não estar o Governo imbuído da intenção de formar o Parque, seja qual for a sua forma, a curto ou a médio prazo. Impressiona a pobreza técnica da NOTA e do mapa apresentados, fato que apenas confirma a tática ~~de~~ diversionista até aqui empregada, deixando, por assim dizer, que o tempo corra, ajudando, com as invasões, os contatos nocivos, etc., a colocar os defensores dos Yanomami diante de fatos consumados e irreversíveis. A Funai foi, como já esperávamos, praticamente afastada das decisões principais, ficando o assunto, hoje como ontem, nas mãos dos escalões mais altos: o Planalto e o CSN.

A manobra do Governo ao escolher a Igreja (CNBB) como interlocutora eventual, afastando a CCPY e outras entidades civis da discussão, confirma aquilo que já é sabido: ele joga com interesses diversos e facções conflitantes (Salesianos, CIMI, Prelazia de Roraima, etc), além das tensões entre conservadores e progressistas dentro da Santa Madre. O estilo e a tática são do tipo diplomático-persuassivo-confidencial, utilizados para acertar contas em outras matérias tidas como mais candentes (planejamento familiar, separação do problema político do religioso, conter a "subversão", etc)

Finalmente, achamos que deve ser evitado que a CCPY caminhe a reboque da CNBB, mantendo política própria, como tem sido desde o princípio.

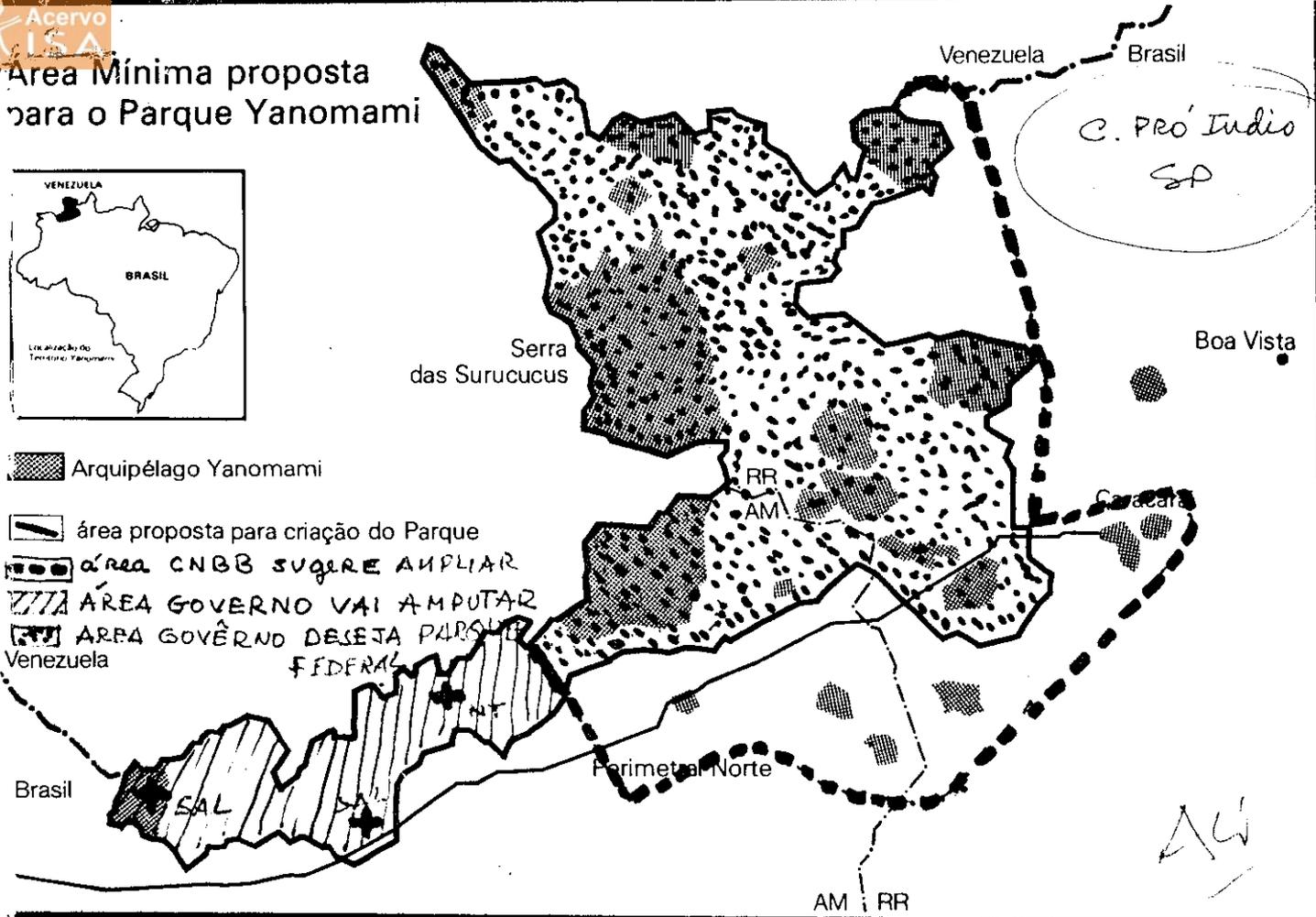
São Paulo, 1º de março de 1981


Abel de Barros Lima

Área Mínima proposta para o Parque Yanomami



- Arquipélago Yanomami
- área proposta para criação do Parque
- área CNBB sugere ampliar
- ÁREA GOVERNO VAI AMPUTAR
- ÁREA GOVÊRO DESEJA PARQUE FEDERAL



AC